

Cidade

Demarcação deve sair do projeto

Exigir do Governo Federal a demarcação correta das terras indígenas da região do Alto Solimões que abrangem mais de 22 mil povos tikunas além dos cabebas, cocanas e maianas, é uma reivindicação pela qual as lideranças indígenas pretendem lutar para defender o seu patrimônio. É que pelo Decreto 94.946 aprovado na gestão do presidente Sarney que demarca as terras indígenas daquela nação, o território tikuna foi reduzido em torno de 46%. "A terra-mãe" dos tikunas, que divide-se em 2 amplas regiões, a Evare I e Evare II foi reduzida de 546 mil hectares para 339 mil hectares, deixando "de fora" da demarcação várias aldeias e todos os lagos tikunas.

Embora o decreto esteja em vigor desde 89, na prática só foram demarcadas 6 pequenas áreas num total de 15 a 25 mil hectares da área total que de 1.800 hectares que abrangem o território indígena do Alto Solimões. "A terra-mãe" (Evare I e Evare II) não foi demarcada na prática, já tem sua redução discriminada no mapa geográfico que está "em mãos" dos tikunas. Eles alegam que em nenhum momento participaram desse processo de demarcação que reduziu suas terras, afirmando que não foram consultados pela Funai.

Por outro lado, a Funai já expediu telex à direção da Coiab esclarecendo que já existem condições no órgão para início imediato da correção dos erros no mapa de limitação em atendimento à solicitação dos tikunas. A presidência da Funai diz ainda que é condição política fundamental a inclusão de todas as aldeias existentes na área sendo necessários formar várias equipes de trabalho devido a extensão da área.

Ontem o presidente da Coiab fez questão de enfatizar que "vamos continuar reivindicando a demarcação correta das áreas indígenas mantendo a posição de pedir a retirada de todos os pecadores e exploradores das reservas extrativistas de madeira e do palmito (que agora começa a ser explorado).

Índios exigem justiça
Chacina provoca
brado de alerta



Os índios estão reunidos em Manaus e a partir de hoje saem em visita aos setores ligados à Justiça Comum (Foto Sérgio Fonseca)

Cansados de aguardar da Justiça a punição para os assassinos dos 14 índios Tikunas que tombaram em 1988, no massacre do Lago Capacete, cerca de 14 índios daquela Nação indígena estão em Manaus sob a liderança do Secretário do Conselho Geral dos Tikunas, Pedro Mendes, para exigir das autoridades jurídicas do Estado a reabertura do processo instaurado desde 89 em Benjamin Constant para o julgamento dos culpados. É que o processo já passou da Justiça Federal para a Justiça comum sem nenhum resultado concreto. Segundo Pedro Mendes nenhuma audiência para julgar o caso foi realizada, várias datas foram marcadas e adiadas em seguida. A única alegação do Juiz da Comarca de Benjamin Constant de que o advogado de defesa do principal mandante da chacina (o empresário da área madeireira, Oscar de Almeida Castelo Branco), Gedon Rocha Lima nunca compareceu às audiências.

Foi com a intenção de exigir da Justiça do Estado que não deixe o massacre dos índios Tikunas cair no esquecimento, é que as lideranças indígenas com o apoio parlamentar do vereador João Pedro do PC do B, entre outros, vão amanhã às 9:30 horas fazer uma visita ao presidente da OAB-AM, Edson Oliveira com o objetivo de pressionar a reabertura do processo, às 10:30 horas, eles seguem para o Tribunal de Justiça, onde irão manter contatos com o Presidente do TJ. Desembargador Catunda. Essa é a primeira fase dos trabalhos que a comitiva indígena da Nação Tikuna pretende desenvolver a nível de Justiça Estadual. Conforme a decisão das autoridades jurídicas da capital, os indígenas sob a orientação do Presidente da Coiab — Conselho das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — Manoel

Moura e com apoio alguns parlamentares podem partir para a 2ª fase dos trabalhos, "exigindo do Governo Collor a punição para os mandantes da chacina dos Tikunas. "Essa nossa iniciativa pode chegar a Brasília, se preciso for pediremos ajuda ao Congresso Nacional e ao Ministério da Justiça" ressaltou o vereador João Pedro do PC do B.

Os tikunas estão revoltados com a impunidade por parte da Justiça de Benjamin Constant, porque o principal mandante da chacina do Capacete, influente empresário do setor madeireiro, Oscar de Almeida Castelo Branco, continua solto explorando a madeira da região sob a proteção de capangas e pistoleiros. Depois da ocorrência do conflito, a Funai decidiu que a região do Capacete ficaria isolada, e não seria habitada nem por Tikunas, nem por posseiros. Passando por cima da determinação, o Prefeito de Benjamin Constant fazendo valer sua autoridade no Executivo Municipal, favoreceu o retorno dos posseiros para a região do conflito, inclusive dos contrabandistas de Oscar Castelo Branco, para explorar a madeira.

COVARDIA

Fazendo uma breve retrospectiva do Massacre no Lago do Capacete o Secretário do Conselho Geral dos Tikunas Pedro Mendes, lembrou em entrevista coletiva que quando ocorreu o ataque dos pistoleiros contratados por Oscar Castelo Branco, os tikunas estavam reunidos em uma aldeia aguardando a presença de um delegado para resolver o problema de um boi pertencente aos indígenas que os madeireiros teriam matado. Na ocasião o cacique da comunidade havia saído para fazer a denúncia. Os índios Tikunas foram pegos de

supresa e metralhados pelos pistoleiros, onde homens, mulheres e crianças tombaram sem vida, revoltando a Nação tikuna. Pedro Mendes lembrou também que nem a Funai nem a Polícia Militar, apareceu no local da chacina, sob a alegação da falta de gasolina. Exatamente no dia 28 de março de 1988, quando ocorreu o crime a Funai e o Incri estavam fazendo o pagamento das indenizações dos posseiros que estavam montado nas áreas indígenas já demarcadas. O principal mandante do crime Oscar Castelo Branco, simplesmente se recusou a aceitar o pagamento.

— Estão fazendo tudo para que o caso caia no esquecimento dos Tikunas — desabafou o Secretário do Conselho Geral dos Tikunas, Pedro Mendes. Na sua opinião, essa morosidade e inoperância da Justiça comum de Benjamin Constant faz parte do jogo do próprio advogado de defesa do réu (Oscar Castelo Branco). Pedro Mendes revelou ainda que o próprio Prefeito de Benjamin Constant, deu aval para a criação de um posto policial na região, de conflito, dando liberdade para os posseiros invadirem essa área que por determinação da Funai ficaria silada. "não Podemos compactuar com essas avalanches de assassinatos" enfatizou o vereador João Pedro do PC do B.

O líder tikuna, Pedro Mendes esclareceu também à imprensa, que o advogado de acusação dos assassinos dos 14 índios, Eduardo Carmelosi já fez o pedido de desforamento do caso da Comarca de Benjamin Constant, sem nada ter conseguido. Na avaliação dos indígenas, há muita pressão e conivência das autoridades neste caso. Para se ter uma idéia da impunidade existe, os 11 matadores dos tikunas presos foram soltos pela Justiça Federal.

Contrabando

Tribos precisam ter
garantia na reserva

Para quem pensou que a agressão aos índios Tikunas terminou com a chacina do Capacete, em Benjamin Constant, o Secretário do Conselho Geral daquela Nação Indígena, Pedro Mendes, esclarece que todos os lagos e reservas extrativistas de madeira do território Tikuna continua sendo invadidos por pescadores brasileiros, colombianos e peruanos, e pelos contratados dos empresários do setor madeireiro da região, em áreas que abrangem os municípios de S. Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Tabatinga e Amaturá. Reunidos na sede da Coiab ontem pela manhã, os Tikunas aproveitaram para denunciar o contrabando generalizado de peixe, principalmente o liso, em território brasileiro, onde não existe nenhum tipo de fiscalização por parte do Ibama ou da polícia Federal.

Segundo o presidente da Coiab — Manoel Moura tanto a Polícia Federal quanto o Ibama ou a Polícia Militar tem instrumento para detectar esse tipo de agressão aos indígenas e à própria soberania nacional. "mas nada fazem, porque são comprometidos com essa exploração". Moura denunciou que é normal se ver barcos colombianos e peruanos ancorados em Tabatinga cujos pescadores praticam a pesca predatória nos lagos tikunas sob a conivência do Ibama.

Os tikunas reivindicam a retirada de todos os pescadores dos lagos da região, tanto pescadores brasileiros, quanto de peruanos e colombianos. Para se ter uma

idéia do contrabando ilegal do pescado em território brasileiro, no Município de Amaturá, existem dois frigoríficos de propriedade de um colombiano. Tanto o peixe fresco quanto o congelado são exportados clandestinamente para o Peru e a Colômbia numa exploração generalizada ao pescado da região. O peixes lisos como a piralba, o dourado entre outros são os mais preferidos pelos pescadores e donos de frigoríficos peruanos e colombianos. Dezenas de ribeirinhos dos Municípios fronteiriços participam desse contrabando, uma vez que trabalham para os "empresários" do setor pesqueiro de origem peruana e colombiana ou para brasileiros.

A pesca predatória do Alto Solimões está preocupando as lideranças indígenas dos Tikunas que tem no peixe o seu alimento básico que está sendo diminuído pouco a pouco pela pesca de arrastão. Quando os pescadores começaram a invadir os lagos tikunas, em função da comercialização de 2 a 3 toneladas de peixe, num só dia; hoje só conseguem no máximo durante uma semana de vigília nos lagos do Alto Solimões, menos de 200 kilos de pescado.

O presidente da Coiab diz que os índios estão prontos ao governo para que enviem equipes de pessoas sérias da Polícia Federal e do Ibama para essas áreas para que fiscalizem juntamente com os índios a questão da invasão e

do contrabando do pescado nas áreas Tikunas.

MADEIRA

A exploração de madeira em áreas indígenas no Município de Benjamin Constant é outra preocupação dos Tikunas, haja vista que naquele município há um expressivo comércio de madeira, principalmente, o cedro, em regiões não demarcadas. O principal mandante da chacina dos Tikunas, empresário Oscar Castelo Branco, continua explorando o produto através de seus contratados. O presidente da Coiab diz que os índios já estão cansados de solicitar fiscalização do Ibama e da Funai, para conter a exploração, mas de nada tem adiantado. Em primeiro lugar, o Ibama diz que precisa de uma determinação da Funai para interditar a exploração do produto, por sua vez, a Funai alega que não dispõe de recursos para fazer essas interdições.

PALMITO

Uma outra denúncia feita pelos Tikunas foi com relação à exploração do palmito que já começa a se instalar no Vale do Javari e na área do Feijoa. É que uma Empresa de beneficiamento de Palmito está sendo instalada naquela região e o proprietário da mesma está recrutando a população ribeirinha dessas áreas para exploração do palmito, já agilizando o processo de demarcação das reservas extrativistas.